

cujo uso, com certeza, ajudaria a dar maior verossimilhança à obra. Há ainda algumas palavras que estão grafadas de forma diferente – mazureca/ masurca, Vezúvio/Vesúvio e outras – o que, contudo, não a compromete. *Nação crioula*, além de propiciar uma leitura prazerosa, pode ser utilizado como um excelente material de apoio

didático a quantos se debruçam sobre o estudo das sociedades brasileira, portuguesa e angolana do final do século XIX. Portanto, deliciem-se com a leitura, e bom trabalho!

Valdemir Zamparoni

Professor-Visitante

Mestrado em História/UFBA

Costa, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. 415p.

Emília Viotti da Costa escreveu, há 32 anos, um livro sobre a escravidão nas regiões cafeeiras do Centro-Sul do Brasil. *Da senzala à colônia* (4ª ed. São Paulo, Editora da UNESP, 1998), que se tornou um clássico de nossa historiografia. Escreveu também *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (São Paulo, Ciências Humanas, 1979), uma coletânea de ensaios. Desde que foi aposentada compulsoriamente pela ditadura militar em 1969 e passou a ensinar na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, escreveu apenas um livro, este aqui resenhado. Valeu a pena esperar o retorno desta grande historiadora.

Coroa de glória, lágrimas de sangue foi publicado no Brasil cinco anos

após sua edição em inglês pela Oxford University Press. Viotti escreveu a versão original num inglês elogiado pelos americanos, mas não fez a tradução para a própria língua. A tradutora, Anna Olga de Barros Barreto, realizou um ótimo trabalho, embora possamos discordar de escolhas feitas aqui e ali.

O livro trata de uma revolta escrava em 1823, em Demerara, colônia que juntamente com Esequibo e Berbice formavam a Guiana Inglesa. O assunto não é completamente novo para os estudiosos da escravidão, em particular da resistência escrava. A revolta de Demerara, em 1823, é um episódio obrigatório para quem escreve sobre os anos finais da escravidão nas colônias britânicas.¹ Afinal, foi uma

¹ Ver por exemplo, Michael Craton, *Testing the chains: resistance to slavery in the British West Indies, Ithaca e Londres*. Cornell University Press, 1982, cap.21.

das maiores revoltas no continente americano, envolvendo entre 11 e 13 mil escravos. A famosa revolta dos malês na Bahia, por exemplo, não mobilizou mais de 600 africanos. Exceto pela rebelião haitiana em 1792, na verdade uma revolução, maior do que a de Demerara só a insurreição jamaicana de 1831, envolvendo cerca de 60 mil escravos.

O trabalho de Emília Viotti representa o melhor estudo sobre aquela revolta, o mais detalhado e profundo. Para escrevê-lo, a historiadora brasileira, cujos trabalhos anteriores tratavam do Brasil, se transformou em especialista da história do Caribe e da escravidão britânica, além de se familiarizar com a vasta bibliografia pertinente sobre o império britânico e a sociedade inglesa no período. Ao mesmo tempo, é um livro baseado em extensa pesquisa em fontes primárias impressas e manuscritas. Mais de uma década foi consumida entre leituras, pesquisa e redação. O resultado é um livro de grande erudição bibliográfica e documental, mas escrito em ritmo de aventura, numa narrativa envolvente, criativa, inteligente, dirigida não apenas ao especialista, pois tem o sabor de um bom romance de aventuras.

Ao contrário de muitos livros de História publicados hoje em dia, neste os personagens pertencem a um contexto histórico preciso. A obra é aberta precisamente através desse contex-

to, onde aprendemos sobre a economia escravista da colônia e seu papel no império britânico, o mundo dos senhores e escravos, sua demografia, ecologia, relações de produção, seu cotidiano. De um modo geral, o livro se desenrola em dois planos que se cruzam e se complementam. De um lado, a história de religiosos da London Missionary Society, pessoas saídas das classes populares inglesas que, imbuídas de zelo cristão e preocupações reformistas, partiam para terras distantes e hostis com o objetivo de difundir a Bíblia entre populações “primitivas”, entre as quais estavam os escravos nas Américas. Por outro lado, o livro cobre a vida dos próprios escravos, a exploração de seu trabalho, a opressão diária, as lamentáveis condições de vida, os castigos, as proibições nas fazendas e engenhos, mas também seus sentimentos, modo de vida, anseios, sua resistência cotidiana contra a opressão. Quando missionários e escravos se encontram, a vida de ambos os grupos mudam profundamente. Muitos missionários redefiniram a visão que tinham sobre seus catecúmenos — percebendo neles amor-próprio, inteligência e sensibilidade — e sobre sua própria missão —, concluindo que o papel de cristianizar se complementava com o de denunciar os abusos da escravidão e, no limite, de ajudar a destruí-la.

A religião alcançou uma dimensão

libertadora nas mãos dos escravos de Demerara, em 1823, fenômeno que se repetiu em vários momentos da história da resistência escrava nas Américas. Em muitos casos, a religião que inspirava os rebeldes tinha origem na África, eram cultos a deuses e ancestrais étnicos, amiúde recriados e modificados sob a escravidão. Muitas revoltas caribenhas do século XVIII foram acompanhadas de rituais mágico-religiosos, em geral executados para garantir sucesso a rebeldes em sua maioria nascidos na África. O vodu teve um papel relevante na resistência que levou à revolução haitiana na década de 1790. Na Bahia, africanos animados pelo Islã sacudiam periodicamente a sujeição escravista ao longo da primeira metade do século XIX.

Embora mais usada como uma religião da negociação escrava, dentro do espírito do toma-lá-dá-cá próprio da devoção aos santos, o Catolicismo ajudou alguns rebeldes. Nos Estados Unidos, a revolta de Stono, em 1739, foi feita por escravos católicos originários do antigo reino do Congo. No Brasil, há suspeitas de que devotos de Santo Antônio estiveram envolvidos em extensa conspiração escrava em 1847 e 1848, no Vale do Paraíba, e o mesmo santo reaparece como cúmplice de deuses africanos numa rebelião em Campinas, em 1882. Mas foi sobretudo em sua corrente protestante que o Cristianismo serviu a re-

beldes escravos no continente americano. Nos Estados Unidos, algumas revoltas e conspirações foram feitas por seguidores da Bíblia, a mais famosa e séria delas — em 1831, na Virgínia — liderada pelo messiânico Nat Turner, que citava com desenvoltura o livro sagrado. Foram também escravos batistas que lideraram a grande insurreição jamaicana de 1831.

O que torna o caso de Demerara especial não é tanto a inspiração religiosa do movimento, mas a acusação de que um missionário inglês, branco, estaria nele envolvido. Se há um personagem central no livro de Emília Viotti, seu nome é John Smith. Ele chegara à colônia, acompanhado de sua esposa, no início de 1817, para substituir um correligionário, John Wray, que abandonara seu posto por se sentir pressionado pelos senhores de escravos e autoridades coloniais adversários de sua missão entre os negros. Incentivado por um fazendeiro poderoso, mas piedoso, Wray fundara a capela de Bethel, que chegou a reunir centenas de escravos para o culto semanal. Com John Smith, Bethel cresceria ainda mais, aumentando suspeitas entre os brancos de que o interesse dos escravos pela religião não convergia com o interesse dos senhores pela escravidão. A historiadora insiste muito neste ponto, mostrando que a religião, em geral, serve ao controle social, mas, em certos contextos históricos, ela serve

também para subverter. Em dado momento, aliás, debate o assunto com o historiador inglês E. P. Thompson, que teria enfatizado o papel conservador do Metodismo consumido pela classe trabalhadora inglesa. Em Demerara, a história da religião seguiria outro rumo, mas nem sempre aquele em que escravos e missionários caminhassem juntos.

John Smith enfrentou muitas dificuldades para levar a cabo sua missão, algumas criadas pelos próprios escravos, mas a maioria pelos senhores e autoridades. A dificuldade com os escravos começava com suas próprias normas de vida, algumas delas, como a poligamia, consagradas por tradições africanas mantidas no Novo Mundo. A própria sobrevivência escrava interferia no trabalho missionário. Aos domingos, muitos escravos preferiam trabalhar em suas roças e vender seus produtos na feira, em vez de frequentar a capela. Smith, às vezes, compreendia as necessidades dos escravos, outras vezes se exasperava com o que considerava seus maus costumes. O missionário registrava esses e outros desafios ocupacionais em seu diário, fonte fundamental na construção deste livro, sobretudo para acompanhar as ações e o estado de espírito de Smith, mas também para revelar muitos aspectos da vida escrava.

Entretanto, o que mais ocupa as páginas do diário de Smith são seus embates com os escravistas e seu go-

verno, em particular os obstáculos criados à instrução religiosa dos escravos. Tudo era pretexto para impedir reuniões religiosas nas senzalas e a própria frequência ao templo. Este, com efeito, além da função religiosa, havia se transformado num centro de aglutinação, de camaradagem, enfim, um núcleo dinâmico onde se teciam novas e se reforçavam velhas redes de sociabilidade dos escravos. Com o tempo, a capela também se tornaria o centro nervoso da política escrava.

Se a experiência religiosa havia ajudado os escravos a aprofundar e sistematizar sua crítica à escravidão, outros elementos a ela se juntaram para amadurecer ideologicamente esta crítica. Era um momento de grande mobilização abolicionista na Inglaterra, de campanha na imprensa, nas igrejas, no parlamento, nas associações operárias. Informações a este respeito chegavam às senzalas nas colônias, muitas vezes através de escravos que, tendo aprendido a ler a Bíblia, liam também as folhas vindas da metrópole. Dois episódios em que religião e abolicionismo se cruzavam — e de forma contraditória — teriam animado os escravos à insurreição: primeiro, uma ordem do governo colonial que exigia dos escravos passes escritos por senhores e administradores de fazendas, permitindo que frequentassem o culto religioso; segundo, medidas do governo metropolitano que asseguravam melhor trata-

mento aos escravos e que estes interpretaram como abolicionistas.

Algumas semanas antes da revolta, Demerara seria tomada por rumores de que a metrópole libertara os escravos, mas os senhores e o governo colonial recusavam-se a obedecer. Como muitos outros movimentos na Europa e em suas colônias, feitos por escravos ou homens pobres livres, a revolta seria feita em nome do monarca ou para que fosse cumprida a vontade real. O capítulo 5, que trata de como os escravos interpretaram a situação e planejaram o levante, é uma obra-prima de narrativa histórica. Viotti reconstitui a rede complexa através da qual circularam os rumores de que a liberdade chegara, identificando os personagens, as relações que mantinham entre si, como obtiveram e passaram as informações, quem vacilou, quem se manteve firme diante da decisão de se rebelar. E aí ela revela que o mundo da capela teria sido apenas um dos nexos sociais significativos na cadeia dos acontecimentos. Relações de parentesco, de camaradagem, de trabalho, étnicas se combinaram para mobilizar os escravos, em muitos casos operando por fora dos laços da religião.

A rebelião mesma foi um desastre para os escravos. Houve falta de organização e de unidade de propósitos. Muitos conspiradores pretenderam adiar o movimento, alguns quiseram apenas ver realizadas as reformas preconiza-

das pela metrópole, enquanto outros lutaram pela liberdade definitiva. Apesar dos problemas em suas hostes, os escravos, por algumas horas, viraram o mundo de ponta-cabeça nas fazendas da colônia britânica, prendendo senhores e feitores no tronco, castigando-os, insultando-os. Mas, em geral, foram contidos, como se lhes faltasse a vontade, como se fosse um exercício impossível se verem livres de senhores e administradores. Foram, por exemplo, muito tímidos na aplicação da violência, não chegando a meia dúzia o número de mortos entre os brancos que caíram em suas mãos. Este comedimento não lhes salvou a pele na hora da reação senhorial.

Ao contrário dos escravos, os brancos sabiam muito bem exercer a violência. Sabedores dos planos antecipadamente, eles colocaram todo seu poder de fogo em ação, no que foram grandemente ajudados pela vacilação dos escravos. A repressão a estes foi brutal e indiscriminada, com dezenas de execuções sumárias e a exposição pública de cadáveres, visando intimidar pelo terror qualquer rebelde potencial. Não houve a preocupação de punir com mais severidade apenas os líderes. O julgamento que se seguiu manteve a mesma lógica, sendo 33 negros punidos com a pena de morte, e suas cabeças espetadas sobre estacas fincadas ao longo das estradas que cortavam as principais fazendas envolvidas na revolta.

A maior sensação, no entanto, foi o julgamento do missionário John Smith, que fez sua própria defesa, negou sua participação no levante, mas sem poupar críticas aos desmandos dos escravistas. Condenado à morte, Smith não teve sua sentença imediatamente cumprida, porque um pedido de clemência seria feito pelo governador de Demerara, que assim procurava evitar o nascimento de um mártir, com conseqüências imprevisíveis. Houve grandes repercussões do episódio em Londres, nas suas ruas, na imprensa e no parlamento, em geral favoráveis ao missionário. Mas ele não conseguiu beneficiar-se do perdão afinal concedido, porque faleceu de uma tuberculose que o consumia aos poucos, doença agravada pelos seis meses de prisão e julgamento.

Ao contrário de outros movimentos em que a religião inspirou escravos rebeldes de maneira visceral, Smith e sua religião realmente desempenharam um papel ambíguo no movimento. Por um lado, inspiraram muitos escravos à rebeldia, ao pregar, embora por caminhos indiretos, que servir a Deus nem sempre era compatível com servir aos senhores. Por outro lado, o missionário não se colocaria abertamente contra a escravidão — em parte como estratégia de sobrevivência sua e de sua missão — e até tentaria abortar o movimento no nascedouro, chegando a denunciar ao

administrador de uma fazenda o que se passava nas mentes de alguns dos líderes e buscando convencer um deles a desistir. Que fique claro: Smith não fez parte da conspiração e muito menos do levante de 1823. Além disso, aqueles escravos mais ligados à Bíblia foram os mais contidos durante o levante e um dos líderes, Quamina, diácono na capela de Smith, até quis sustá-lo. Neste sentido, a religião, também aqui, não deixou de exercer algum papel de controle.

Este é um livro que se beneficia do enorme avanço da historiografia da escravidão nos últimos trinta anos, precisamente os anos de exílio — forçado no início, voluntário depois — da autora nos Estados Unidos, país onde mais se discutiu a história da escravidão nesse período. Um desdobramento importante do debate foi o lugar de destaque dado ao escravo. Cultura, família, religião, resistência, direitos escravos são temas relevantes da pauta dessa historiografia que freqüentam este trabalho da historiadora brasileira. São temas que também, há muitos anos, já se incorporaram à nova historiografia brasileira da escravidão. Embora, em nenhum momento, Emília Viotti dialogue com os colegas brasileiros — talvez porque este não seja um livro sobre o Brasil, nem escrito originalmente para ser aqui publicado —, seu modo de fazer história converge, em grande medida, para o que aqui se faz.

Isto eu escrevo sabendo que a autora já se pronunciou criticamente em relação a alguns estudos recentes sobre a escravidão no Brasil. Da mesma forma, críticos de seu trabalho anterior, excessivamente sistêmico para muitos, ficarão positivamente impressionados por um trabalho em que o escravo ganha relevo como agente ativo de sua história.

Realmente, ao abordar a história miúda, vivida com intensidade por indivíduos carregados de conflitos íntimos, Emília Viotti imprime credibilidade a seus personagens, tornando-os agentes dinâmicos dos acontecimentos que interpreta. Mas, ao mesmo tempo, ela insiste em que escravos, senhores, feitores, missionários, abolicionistas, administradores coloniais e metropolitanos estavam imersos num mundo maior, submetidos a forças históricas que não controlavam completamente. Como anuncia na introdução de seu livro: "Procurei unir, nessa abordagem, a macro e a micro-história. Minha decisão nasceu da convicção de que é impossível compreender uma sem a outra. Mas nem a história é o resultado de uma 'ação humana' misteriosa e transcendental, como querem uns, nem os homens e as mulheres são fantoches de 'forças' históricas, como querem outros. As

ações humanas constituem o ponto em que se resolve momentaneamente a tensão constante entre liberdade e necessidade". (p. 19) Esta proposta de abrir espaço a uma história mais estrutural, numa época em que esta se encontra fora de moda, soaria apenas como declaração de princípio se a autora não tivesse cumprido o prometido. E de uma forma criativa.² Através de um estilo narrativo empolgante, com fatos, dados e argumentos, não com asserções dogmáticas, ela demonstra que a liberdade de ação de cada um dos grupos envolvidos foi limitada pelos interesses, vontades e projetos dos demais; que a história de Demerara estava ligada à história maior do império britânico; que a experiência da classe trabalhadora britânica, no seio da qual eram recrutados os missionários da London Missionary Society, se vinculava à experiência dos escravos nas colônias; enfim, que a luta de classes na colônia tinha desdobramentos importantes na metrópole. Com efeito, a revolta de Demerara e, posteriormente, a da Jamaica, repercutiram fortemente sobre os embates sociais e ideológicos na Inglaterra, que, em 1833, aboliria a escravidão em suas colônias.

João José Reis

Universidade Federal da Bahia

² Sobre o que pensa a autora a respeito dos rumos da historiografia em geral nos dias que correm, ver Emília Viotti da Costa. "Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética". *Anos 90*, 10 (1998). pp. 7-22.